

## CONVENÇÃO COLETIVA 2023-2024

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO**, entidade sindical de primeiro grau, CNPJ n.º 60.556.362/0001-95 e Carta Sindical L 003 - P 100 – A 1941 - Processo n.º 16472, com base nos Municípios de: São Paulo, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra e sede na Rua Formosa, 367 - CEP - 01049-000 - São Paulo, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **Sr. Claudinei Tonon**, portador do CPF/MF n.º 003.223.818-51, assistido por seus advogados, **Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro**, inscrito na OAB/SP sob o n.º 134.366 e no CPF/MF sob o n.º 011.333.628-42; e de outro, como representante da categoria econômica, o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical, detentora da Carta Sindical L038 - P099 - A1964, SR 02398 e do CNPJ n.º 62.638.168/0001-84, com sede na Avenida Tiradentes, n.º 960 - Luz - São Paulo - Capital - CEP - 01102-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **Sr. Carlos Alberto Baptista**, portador do CPF/MF n.º 057.085.108-46, assistido pelo advogado, **Dr. Marcos Kazuo Yamaguchi**, inscrito na OAB/SP sob o n.º 216.746 e no CPF/MF sob o n.º 272.909.338-93; celebram, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

### 1ª) REAJUSTAMENTO SALARIAL E AUMENTO REAL

Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva serão corrigidos, assim considerados aqueles resultantes da aplicação integral da norma coletiva do mesmo ano, serão corrigidos, na data-base mediante obediência aos seguintes critérios:

**Parágrafo primeiro:** Salários com valor mensal de até R\$ 7.507,49 (sete mil, quinhentos e sete Reais e quarenta e nove centavos), serão majorados em 4,85%;

**Parágrafo segundo:** Salários com valor mensal entre R\$ 7.507,50 (sete mil, quinhentos e sete Reais e cinquenta centavos) a R\$ 15.014,98 (quinze mil, quatorze reais e noventa e oito centavos) serão majorados em 3,85%, acrescidos sempre de parcela fixa mensal no valor de R\$ 75,08 (setenta e cinco reais e oito centavos);

**Parágrafo terceiro:** Salários com valor mensal superior a R\$ 15.014,98 (quinze mil, quatorze reais e noventa e oito centavos) serão reajustados mediante aplicação de parcela fixa mensal no valor de R\$ 653,15 (seiscentos e cinquenta e três e quinze centavos) mais livre negociação de percentual.

**Parágrafo Quarto:** Os reajustes espontâneos efetuados pelas empresas entre 1º de dezembro de 2022 e 30 de novembro de 2023 poderão ser compensados, excetuados aqueles provenientes de abonos salariais decorrentes de lei, término de aprendizagem, promoções, transferência de cargo, função ou localidade, equiparação salarial e aumento real ou meritório.

**Parágrafo Quinto:** Respeitando o Princípio da Isonomia Salarial e preservando as condições

mais benéficas, os salários dos empregados admitidos após dezembro de 2022 serão reajustados em obediência aos seguintes critérios:

**Parágrafo Sexto:** Nos salários de empregados contratados para funções com paradigmas, serão aplicados os mesmos percentuais de correção salarial concedido ao paradigma, até o limite do menor salário na função.

**Parágrafo Sétimo:** Inexistindo paradigma, ou tendo a empresa sido constituída ou entrado em funcionamento após a última data-base, o salário de ingresso será reajustado mediante aplicação de 1/12 (um doze avos) do percentual estabelecido no "caput" para cada mês trabalhado, conforme tabela abaixo:

<u>Mês de admissão</u>	<u>Salários até R\$ 7.507,49</u>	<u>Salários de R\$ 7.507,50 até R\$ 15.014,98</u> <u>(% + Parcela fixa mensal)</u>	<u>Salários acima de R\$ 15.014,98</u>
Dezembro/2022	4,85%	3,85% + R\$ 75,08	R\$ 653,15
Janeiro/2023	4,45%	3,53% + R\$ 68,83	R\$ 598,73
Fevereiro/2023	4,05%	3,21% + R\$ 62,58	R\$ 544,31
Março/2023	3,65%	2,89% + R\$ 56,33	R\$ 489,89
Abril/2023	3,25%	2,57% + R\$ 50,08	R\$ 453,47
Maió/2023	2,85%	2,25% + R\$ 43,83	R\$ 381,05
Junho/2023	2,45%	1,93% + R\$ 37,58	R\$ 326,63
Julho/2023	2,05%	1,61% + R\$ 31,33	R\$ 272,21
Agosto/2023	1,65%	1,29% + R\$ 25,08	R\$ 217,79
Setembro/2023	1,25%	0,97% + R\$ 18,83	R\$ 163,37
Outubro/2023	0,85%	0,65% + R\$ 12,58	R\$ 108,95
Novembro/2023	0,45%	0,33% + R\$ 6,33	R\$ 54,53

**Parágrafo Oitavo:** As empresas poderão, por mera liberalidade, aplicar o reajuste de forma linear, sem a observância do escalonamento e sem risco de que eventual alteração de faixa salarial prevista em planos de cargos e salários, acarrete equiparação salarial.

**Parágrafo Nono:** Fica assegurado ainda que, os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva serão corrigidos nas mesmas épocas e com a aplicação de idênticos percentuais de correção salarial, bem como de aumento real ou produtividade que forem estabelecidos na norma coletiva referente à categoria profissional preponderante nas respectivas empresas em que prestem especificamente seus serviços, desde que mais benéficos ao empregado.

## **2ª) SALÁRIO NORMATIVO OU DE INGRESSO**

Fica assegurado, para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, que possuam mais de um ano na mesma empresa ou função, um salário normativo no valor de R\$ 3.315,63 (Três mil, trezentos e quinze e sessenta e três centavos).

**Parágrafo Primeiro** - Para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva, com menos de um ano de empresa/função ou ingresso, fica garantido o salário normativo de 80% (oitenta por cento) do salário normativo fixado no caput da presente cláusula.

**Parágrafo Segundo** - O prazo previsto no Parágrafo Primeiro ficará reduzido para 8 (oito) meses, desde que o empregado apresente certificado de frequência e aproveitamento emitido por Escritório Modelo para treinamento ministrado ou supervisionado por entidades da Classe Contábil.

**Parágrafo Terceiro** - O salário normativo previsto nesta cláusula será reajustado nas mesmas datas e pelo mesmo percentual que a lei venha a estipular para corrigir os salários, durante o prazo de vigência desta Convenção Coletiva, ou idêntico percentual de reajuste que vier a ser estabelecido para o salário normativo da categoria preponderante, caso haja tal salário ou piso salarial, e se vier a ocorrer alteração no aludido salário da categoria predominante.

### **3ª) SALÁRIO ADMISSÃO**

Fica assegurado ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, de igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais, ficando excluído desta garantia os cargos de supervisão, chefia ou gerência, bem como as funções individualizadas, isto é, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício e, também, em casos de remanejamento interno.

### **4ª) SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Enquanto perdurar a substituição não eventual, o profissional substituto fará jus ao salário do substituído, efetivando-se após 180 (cento e oitenta) dias de substituição, salvo se esta decorrer de auxílio-doença, acidente do trabalho ou licença maternidade.

### **5ª) VALE QUINZENAL**

As empresas adiantarão quinzenal e automaticamente, 40% (quarenta por cento) do salário mensal do empregado.

**Parágrafo Primeiro** - Na hipótese do empregado não pretender receber o adiantamento previsto no "caput", deverá manifestar sua vontade por escrito.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese das empresas fornecerem adiantamentos em espécie, por si ou através de convênios, tais como supermercados, cooperativas etc., poderão considerar as importâncias por elas assim despendidas como adiantamentos, deduzindo seus valores da percentagem prevista no "caput".

### **6ª) REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO**

A média das horas extras habituais e do adicional noturno refletirá no pagamento das férias, gratificação natalina e descanso semanal remunerado.

### **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

### **7ª) HORAS EXTRAS**

As horas extraordinárias serão remuneradas com os adicionais seguintes, aplicáveis sobre o salário hora normal:

**Parágrafo Primeiro** - 60% (sessenta por cento) para as duas primeiras no dia;

**Parágrafo Segundo** - 80% (oitenta por cento) para as excedentes de 2 (duas) diárias; e

**Parágrafo Terceiro** -100% (cem por cento) as prestadas aos domingos, feriados e dias já compensados.

### **8ª) ADICIONAL DE PERMANÊNCIA**

Por triênio na mesma empresa, os empregados receberão por mês a importância de R\$ 80,73 (oitenta reais e setenta e três centavos).

**Parágrafo Primeiro** - A contagem dos triênios inicia-se a partir de 01.02.81.

**Parágrafo Segundo** - O adicional será devido a partir do mês em que for completado o triênio, desde que isso ocorra até o dia 15; se ocorrer após o dia 15 será devido a partir do mês seguinte.

**Parágrafo Terceiro** - O valor do adicional será igual para todos independentemente do salário percebido e da data em que for completado o triênio, devendo ser destacado no recibo de pagamento do empregado.

**Parágrafo Quarto** - A empresa que efetuar pagamento sob o mesmo título, com critério mais vantajoso para o empregado, fica dispensada do cumprimento da obrigação aqui prevista.

### **9ª) ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno receberá adicional de 30% (trinta por cento) em relação ao trabalho diurno, sem prejuízo da redução horária estabelecida em lei.

### **10ª) GRATIFICAÇÃO POR APOSENTADORIA**

O empregado que conte, no mínimo, 8 (oito) anos de tempo de serviço na mesma empresa receberá, por ocasião de sua aposentadoria, uma gratificação de valor correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) de seu último salário, desde que, o empregado comunique sua aposentadoria ao empregador no prazo máximo de 90 (noventa) dias do deferimento.

**Parágrafo Único** - As empresas efetuarão o pagamento da gratificação na folha de pagamento de salário do mês subsequente ao comunicado do empregado.

### **11ª) REEMBOLSO CRECHE**

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães, para cada filho de até 1 (um) ano de idade, a importância mensal de até R\$ 430,93 (quatrocentos e trinta reais e noventa e três centavos), condicionado o reembolso à comprovação das despesas com o internamento em creches ou instituições análogas de sua livre escolha.

**Parágrafo Primeiro** - Será concedido o benefício, na forma do "caput", aos casais homoafetivos e empregados do sexo masculino que detenham a guarda unilateral ou compartilhada do filho, independentemente do estado civil, a contar do retorno da licença maternidade ou paternidade.

**Parágrafo Segundo** – O benefício previsto no “caput” será igualmente devido na hipótese do beneficiário do direito preferir a contratação de empregada doméstica para a guarda do filho, condicionado o reembolso à comprovação do registo do contrato de trabalho de sua empregada como “babá” ou “pajem” e à apresentação do respectivo recibo mensal de pagamento.

**Parágrafo Terceiro** – Quando o nascimento da criança for anterior à data de contratação da empregada, o reembolso será devido até a criança completar 01 (um) ano de idade.

**Parágrafo Quarto** – O benefício previsto nesta cláusula é devido inclusive para empregadas ou empregados em regime de “home office”, trabalho remoto ou externo.

## **12ª) AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo falecimento de empregado, ainda que o vínculo empregatício esteja suspenso ou interrompido e desde que conte mais de 3 (três) anos no emprego, a empresa concederá a seus dependentes previdenciários ou, na falta destes, a seus herdeiros, indenização correspondente a 100% (cem por cento) do seu salário mensal vigente à época do óbito.

**Parágrafo Primeiro** - Falecendo cônjuge ou filho (a) do empregado, desde que estes sejam comprovadamente dependentes econômicos do mesmo, a empresa pagará a este último a indenização prevista no “caput”, mantida a exigência pertinente ao tempo de serviço mínimo previsto nesta cláusula.

**Parágrafo Segundo** - A indenização prevista no “caput” não será devida se a empresa mantiver contrato de seguro de vida em favor do empregado.

## **13ª) COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

Ao empregado que conte, pelo menos, 18 (dezoito) meses de tempo de serviço na empresa e que esteja recebendo auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário da Previdência Social, será paga uma importância equivalente a diferença entre o seu salário e o valor daquele auxílio, obedecendo às seguintes regras:

**Parágrafo Primeiro** - O complemento será devido somente entre o 16º (décimo sexto) e o 180º (centésimo octogésimo) dia de afastamento;

**Parágrafo Segundo** - Terá como limite máximo a importância de R\$ 3.065,88 (três mil, sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

**Parágrafo Terceiro** - O complemento será devido apenas uma vez em cada ano contratual, que é contado a partir da data de admissão.

**Parágrafo Quarto** - O pagamento da diferença entre o valor do salário e o valor da previdência, será pago mensalmente somente no período entre o 16º (décimo sexto) dia do

afastamento até no máximo 180º (centésimo octogésimo) dia, através de holerite complementar ou recibo, levando em consideração o salário bruto do trabalhador.

#### **14ª) AUXILIO REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, em número idêntico ao dos dias a serem trabalhados no mês, tíquetes de auxílio refeição ou alimentação com valor facial unitário de, no mínimo, R\$ 27,18 (vinte e sete reais e dezoito centavos).

**Parágrafo Primeiro** - Os tíquetes deverão ser fornecidos até o último dia útil do mês imediatamente anterior àquele ao qual se refere o benefício, compensando-se no mês subsequente as eventuais interrupções e suspensões do contrato de trabalho havidas no mês de incidência do benefício.

**Parágrafo Segundo** – O benefício previsto no “caput” será devido às empregadas durante o período correspondente à licença maternidade, devendo ser concedido pelas empresas na mesma forma e valores que os relativos aos empregados em atividade laboral.

**Parágrafo Terceiro** – O benefício previsto no “caput” será devido aos trabalhadores durante o período correspondente a licença paternidade (5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data do nascimento do filho(a)), devendo ser concedido pelas empresas na mesma forma e valores que os relativos aos trabalhadores em atividade laboral.

**Parágrafo Quarto** - As empresas que já fornecem auxílio alimentação ou refeição em valores iguais ou superiores ao estipulado no caput deverão continuar fornecendo o benefício da maneira, valor e modo praticados, inclusive para os novos empregados que vierem a ser admitido após a assinatura do presente Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quinto** - É facultado as empresas, em substituição da entrega dos tíquetes, fornecer alimentação diretamente ao empregado, em seu próprio refeitório, observado o disposto na Lei 6.321/76, de seus respectivos decretos, das Portarias 193/2006 e 66/2006 do MTE e das Normas Regulamentadoras – NR 24.5 e NR 24.6 do MTE, no que tange à cozinha e refeitório, independentemente do número de empregados que a empresa possua.

**Parágrafo Sexto** - A participação do empregado no custeio do programa de alimentação, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) e a participação das empresas não poderá ser inferior a R\$ 27,18 (vinte e sete reais e dezoito centavos) por dia de efetivo trabalho.

**Parágrafo Sétimo** – As empresas que concederem valor mínimo do benefício de R\$ 27,18 (vinte e sete reais e dezoito centavos) não poderão efetuar qualquer desconto de seus empregados no custeio do programa de alimentação, tendo em vista o estabelecido no parágrafo anterior.

**Parágrafo Oitavo** - Respeitadas as disposições constantes desta cláusula, o fornecimento do benefício de auxílio refeição ou de auxílio alimentação não é cumulativo com vantagens já concedidas pelas empresas e em qualquer das modalidades não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração do empregado, nos termos da Lei nº 6.321/76, de 14 de abril de 1976.

#### **15ª) VALE TRANSPORTE**

Em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, com a redação alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16 de novembro de 1987, fica estabelecido que, a critério de cada empresa, a concessão aos empregados do valor correspondente ao vale transporte poderá ser feita através do pagamento quinzenal antecipado em dinheiro, até o último dia da quinzena anterior àquela a que os vales se referirem. Nesse caso fica estabelecido o limite máximo de 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) de desconto nos salários dos empregados a título de vale transporte. Na hipótese de elevação de tarifas, as empresas obrigam-se a complementar a diferença por ocasião do pagamento seguinte.

**Parágrafo Único** - Em caso de ser utilizado o fornecimento do vale transporte através de passes fornecidos pelas empresas concessionárias, permanecerá o limite de desconto em 6% (seis por cento).

### **16ª) SEGURO DE VIDA**

As empresas manterão seguro de vida e acidentes pessoais em favor de seus empregados, e na renovação do contrato de seguro, com valor de indenização igual a, pelo menos, R\$ 19.755,36 (dezenove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) em caso de morte ou invalidez total permanente.

**Parágrafo Primeiro** - A eventual coparticipação do empregado no pagamento do prêmio do seguro não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor deste e somente poderá ser adotada mediante prévia e expressa autorização do trabalhador.

**Parágrafo Segundo** - As empresas ficarão dispensadas da obrigatoriedade da contratação do seguro relativamente aos empregados que não autorizem o desconto previsto no parágrafo imediatamente anterior.

**Parágrafo Terceiro** - As empresas constituídas após dezembro de 2.022, que ainda não possuam seguro em favor dos empregados, na forma do previsto nesta cláusula, deverão implementá-lo no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar da data-base 1º de dezembro de 2.023.

**Parágrafo Quarto** - Ficam mantidas as condições mais favoráveis aos empregados eventualmente existentes no âmbito de cada empresa.

### ***JORNADA DE TRABALHO, DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE E FALTAS***

#### **17ª) BANCO DE HORAS**

Havendo necessidade dos serviços o empregado poderá ser instado a laborar além ou aquém do limite ordinário contratual, diário ou semanal, sem o pagamento de horas extraordinárias ou sem o desconto no salário, sendo tal variação horária considerada antecipação de jornada ordinária ou de folga compensatória.

**Parágrafo Primeiro** - As horas que ultrapassarem o limite contratual ordinário serão compensadas mediante a concessão de horas de descanso em número correspondente a uma hora de descanso para cada hora que ultrapassar a jornada ordinária.

**Parágrafo Segundo** - Salvo as exceções previstas no art. 61 da CLT, ou seja: a-) necessidade

imperiosa; b-) para fazer face a motivo de força maior; c-) para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis; e, d-) para atender a serviços cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a prorrogação não poderá ultrapassar a 2 (duas) horas diárias.

**Parágrafo Terceiro** - Faltas e atrasos não justificados de empregados ao serviço não serão abatidos do saldo de horas a serem compensadas.

**Parágrafo Quarto** - As horas acumuladas ou as folgas antecipadas realizadas na forma desta Convenção Coletiva deverão ser compensadas até no máximo 1 (um) ano após sua ocorrência.

**Parágrafo Quinto** - Na hipótese de rescisão ou extinção do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada excedente, o empregado fará jus ao pagamento das horas não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, acrescido do adicional de horas extras legalmente estabelecido ou de percentual mais favorável previsto para a categoria preponderante.

**Parágrafo Sexto** - Na hipótese de rescisão ou extinção do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral das folgas antecipadas, o empregado sofrerá os descontos no valor correspondente às horas normais negativas.

**Parágrafo Sétimo** - As empresas fornecerão mensalmente aos empregados sujeita ao presente Banco de Horas, demonstrativo detalhado sobre as horas credoras ou devedoras.

## **18ª) AUSÊNCIAS LEGAIS**

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro** - Por 24 (vinte e quatro) horas por semestre, nos casos de internação de filho menor ou pais idosos ou a fim de levá-los ao médico, condicionada a falta à comprovação através de competente atestado médico.

**Parágrafo Segundo** - Por 3 (três) dias úteis consecutivos em virtude de casamento.

**Parágrafo Terceiro** - Por até 2 (dois) dias úteis consecutivos em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, sogro, sogra, irmão ou pessoa que comprovadamente viva sob dependência econômica do empregado.

## **19ª) LICENÇA REMUNERADA - PARTICIPAÇÃO EM CONVENÇÃO - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a concessão de licença remunerada de 02 (dois) dias por ano, no máximo a 01 (um) empregado da categoria por empresa, para participação na Convenção Nacional e/ou Estadual dos Contabilistas, desde que a empresa seja pré-avisada no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e que haja comprovação posterior.

**Parágrafo Primeiro** - Para a realização de cursos que venham a contribuir para seu desenvolvimento profissional e, ao mesmo tempo, também sejam de interesse do empregador, os empregados poderão se ausentar do serviço por até 18 (dezoito) horas anuais, que serão consideradas, para todos os efeitos, como de trabalho.

**Parágrafo Segundo** - A utilização das horas previstas no "caput" depende de prévia e expressa autorização do empregador e posterior comprovação da frequência do empregado.



## **20ª) PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCOS**

Sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado aos empregados intervalo remunerado durante sua jornada de trabalho para permitir o recebimento. O empregado terá, igualmente, tempo livre remunerado suficiente para o recebimento do PIS, benefícios previdenciários e levantamento de FGTS.

**Parágrafo Único** - O intervalo mencionado no "caput" não poderá coincidir com aquele destinado a repouso e alimentação.

## **FÉRIAS E LICENÇAS**

### **21ª) INÍCIO DE GOZO DE FÉRIAS**

As férias terão início sempre em dia útil e serão concedidas, respeitando-se os preceitos contidos nos arts. 129 e seguintes da CLT, com a redação dada pelo Decreto Lei nº 1.535, de 13 de abril de 1977 e da Lei nº 13.467 de 13/07/2017.

### **22ª) LICENÇA PARA A MÃE ADOTANTE**

Nos termos do disposto na Lei 12.010/2009, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, será concedida licença maternidade com duração de 120 (cento e vinte) dias conforme o art. 392, da CLT.

**Parágrafo Único** - A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

### **23ª) ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE**

À empregada gestante é assegurada estabilidade provisória, salvo se contratada a título experimental ou por motivo de justa causa para demissão, desde o início da gestação até 5 (cinco) meses após o parto.

### **24ª) ESTABILIDADE AO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA**

Ao empregado afastado pela Previdência fica assegurada estabilidade provisória, salvo se contratado a título experimental ou por motivo de justa causa para a demissão, pelo período em que ficou sob custódia da Previdência, limitado ao máximo de 60 (sessenta) dias.

### **25ª) ESTABILIDADE PRÉ APOSENTADORIA**

Ao empregado que conte, no mínimo, 5 (cinco) anos de tempo de serviço na empresa e que se encontre dentro do prazo inferior a 1 (um) ano para completar o período exigido pela Previdência Social, para requerer aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, fica assegurada estabilidade provisória por esse período.

### **26ª) ESTABILIDADE APÓS O RETORNO DAS FÉRIAS**

Fica assegurada, a todos os empregados, estabilidade provisória após o retorno de suas férias, por igual prazo dos dias de descanso.

## **27ª) COMPROVANTES DE PAGAMENTOS E CONTRATOS**

As empresas deverão fornecer aos seus empregados comprovantes dos pagamentos que lhes façam, contendo sua identificação e a do empregado, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, bem como a parcela relativa ao FGTS, além de cópia do contrato de trabalho, mesmo de experiência, quando houver.

## **28ª) CARTEIRA DE TRABALHO**

É pertinente a entrega e o processamento eletrônico dos documentos relativos aos contratos de trabalho da empresa, sendo que os registros do contrato de trabalho na CTPS, serão realizados eletronicamente e ficarão acessíveis aos empregados pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, de acesso gratuito.

## **29ª) VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Independentemente do cargo ou função, o empregado que exerça atividades próprias de contabilidade com obrigatoriedade de inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade estará vinculado ao Sindicato Profissional, obrigando às empresas ao cumprimento integral da presente Convenção Coletiva.

## ***CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES***

### **30ª) AVISO DE DISPENSA**

A dispensa de empregado deverá ser participada por escrito, qualquer que seja o motivo, sob pena de gerar presunção absoluta de dispensa imotivada.

### **31ª) AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL**

Na forma estabelecida na Lei 12.506/11, os empregados terão direito a 30 (trinta) dias de aviso prévio até um ano de serviço na mesma empresa; sendo acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Primeiro** - O acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviços prestados na mesma empresa previsto no caput da presente cláusula não se aplica a pedido de demissão, que será sempre de 30 (trinta) dias, independentemente do tempo de serviço na mesma empresa, mantendo os termos estabelecidos no artigo 487 da CLT.

**Parágrafo Segundo** - As empresas que concederem o aviso prévio na forma trabalhada deverão observar o limite máximo por 30 (trinta) dias de trabalho, com as reduções legais, independentemente do tempo de serviço do empregado na mesma empresa, isto é, os dias excedentes de aviso prévio proporcional além de 30 dias serão sempre indenizados.

### **32ª) INDENIZAÇÃO PECULIAR**

Ao empregado com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e que conte mais de 5 (cinco) anos de tempo de serviço na empresa, se dispensado sem justa causa, será paga uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) de seu salário, a ser satisfeita juntamente com as demais verbas rescisórias.

### **33ª) CARTA DE REFERÊNCIA**

As empresas, nas rescisões contratuais sem justa causa, mesmo que de iniciativa do empregado, quando solicitadas, se obrigam a entregar aos ex-empregados cartas de referência.

### **34ª) EMPREGADO SEM REGISTRO**

Nos termos da lei, todo e qualquer empregado deverá ser registrado a partir do 1º (primeiro) dia no emprego, sob pena do empregador pagar ao empregado uma multa em valor equivalente a 1/30 (um trinta avos) de seu próprio salário por dia sem registro, limitada a um salário mensal.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

#### **35ª) ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DOS SINDICATOS**

Os atestados médicos e odontológicos dos facultativos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo serão aceitos pelas empresas para justificativa e abono de faltas ou atrasos ao serviço por motivo de doença.

#### **36ª) UNIFORMES E ROUPAS PROFISSIONAIS**

Quando exigidos ou necessários, os uniformes ou roupas profissionais serão fornecidos gratuitamente aos empregados.

#### **37ª) FORNECIMENTO DE CAT**

As empresas deverão, na forma prevista em lei, fornecer prontamente o CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, nas situações em que o mesmo for exigível.

### **RELAÇÕES SINDICAIS**

#### **38ª) DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA**

As empresas afixarão em quadro de avisos, em local bem visível aos empregados, cópia da presente Convenção, mantendo-a pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu registro.

#### **39ª) ABONO DE AUSÊNCIA DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Os dirigentes sindicais, eleitos, independentemente dos cargos e desde que não estejam afastados de suas funções na empresa, poderão ausentar-se do serviço, sem prejuízo de remuneração por até 8 (oito) horas por semestre civil, desde que avisada a empresa por escrito, pelo sindicato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para participarem de reuniões, encontros, congressos, negociações coletivas, etc.

#### **40ª) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão dos salários do mês de competência ABRIL de 2024, de todos os empregados integrantes da categoria profissional beneficiados pela presente Convenção Coletiva, uma contribuição assistencial, a favor do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, no importe de 5% (cinco por cento) do salário, estando limitada ao teto de R\$ 170,00 (cento e

setenta reais) por empregado, a ser recolhida por meio de guias próprias a serem fornecidas, oportunamente, pelo sindicato beneficiário e recolhida pelas empresas até o dia 25/05/2024, sob pena de aplicação da multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do débito, além da correção monetária pelo INPC.

**Parágrafo Primeiro** - As empresas encaminharão ao Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, a relação nominal dos empregados que sofreram o desconto, através do e-mail [cadastro@sindcontsp.org.br](mailto:cadastro@sindcontsp.org.br), em formato PDF, juntamente com a cópia da guia de recolhimento.

#### **41ª) OPOSIÇÃO**

Fica garantida a manifestação de oposição dos empregados, sendo que o integrante da categoria profissional poderá no período entre 01 e 20 de abril de 2024, comparecer, só ou acompanhado, ao Sindicato dos Trabalhadores, sediado na Praça Ramos de Azevedo, 202, centro, no período das 09:00 as 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, para apresentar por escrito sua manifestação de oposição à presente contribuição, com cópia à empresa, sendo vedado a esta, o envio de relação de oposição.

#### **42ª - ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA**

Ocorrendo real necessidade de serviço, as empresas poderão transferir o empregado, desde que preenchidos os requisitos do artigo 469 e seus parágrafos da CLT, caso em que pagarão, a título de adicional de transferência, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade enquanto durar essa situação.

#### **43ª) VANTAGENS OU CONDIÇÕES DA CATEGORIA PREPONDERANTE**

Demais vantagens ou condições concedidas pelo Sindicato Patronal para os empregados da categoria preponderante serão também estendidas para a categoria representada pelo Sindicato Profissional da presente Convenção Coletiva.

#### **44ª) MULTA**

A não observância de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva, que não contenha multa específica, implicará na aplicação da multa equivalente a 5% (cinco por cento) do Salário Normativo previsto nesta Convenção Coletiva, vigente na época da infração, revertida a favor da parte prejudicada.

#### **45ª) ABRANGÊNCIA**

Esta Convenção Coletiva aplica-se à categoria de empregados que exerçam a profissão de contabilista com o correspondente registro no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC/SP), nas bases territoriais dos Sindicatos signatários da presente.

#### **46ª) DIFERENÇAS SALARIAIS**

As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação desta Convenção Coletiva poderão ser pagas por ocasião do pagamento dos salários do mês de competência Fevereiro de 2024.

**47ª) VIGÊNCIA**

As cláusulas e condições pactuadas nesta Convenção Coletiva terão vigência de 01/12/2023 a 30/11/2024.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

**SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO**  
**CLAUDINEI TONON**  
PRESIDENTE

**BENEDITO DE JESUS CAVALHEIRO**  
OAB/SP 134.366

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE**  
**ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CARLOS ALBERTO BAPTISTÃO**  
PRESIDENTE

**MARCOS KAZUO YAMAGUCHI**  
OAB/SP 216.746



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinatura gerado em 26/02/2024 às 18:57:12 (GMT -3:00)

## CONVENÇÃO COLETIVA SINDCONT SP 2023-2024

ID única do documento: #a4076129-ff4d-4060-a13d-4669cc4e1c8b

Hash do documento original (SHA256): 7889DF88DC86D1C9F9D5A777050AFC8E320244AC9026BDC25AB2DE40F6D02D6C

Este Log é exclusivo ao documento número #a4076129-ff4d-4060-a13d-4669cc4e1c8b e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

## Assinaturas (4)

- ✓ **Marcos Kazuo Yamaguchi (Visto Jurídico)**  
Assinou em 29/02/2024 às 14:23:16 (GMT -3:00)
- ✓ **Benedito de Jesus Cavalheiro (Visto Jurídico)**  
Assinou em 27/02/2024 às 08:46:10 (GMT -3:00)
- ✓ **Claudinei Tonon (Diretor Presidente - SINDCONT)**  
Assinou em 27/02/2024 às 16:29:44 (GMT -3:00)
- ✓ **Carlos Alberto Baptista (Presidente)**  
Assinou em 06/03/2024 às 05:22:20 (GMT -3:00)

## Histórico completo

Data e hora	Evento
26/02/2024 às 18:57:13 (GMT -3:00)	Julia Kanaïama solicitou as assinaturas.
27/02/2024 às 08:46:10 (GMT -3:00)	Benedito de Jesus Cavalheiro (CPF 011.333.628-42; E-mail <a href="mailto:bjcavalheiro@terra.com.br">bjcavalheiro@terra.com.br</a> ; IP 200.148.63.77), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <a href="https://verificador.contraktor.com.br">https://verificador.contraktor.com.br</a> . Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.

**Data e hora**

27/02/2024 às 16:29:44  
(GMT -3:00)

**Evento**

Claudinei Tonon (CPF 003.223.818-51; E-mail presidente@sindcontsp.org.br; IP 201.0.180.46), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

29/02/2024 às 14:23:16  
(GMT -3:00)

Marcos Kazuo Yamaguchi (CPF 272.909.338-93; E-mail marcos.kazuo@sescon.org.br; IP 189.112.222.249), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

06/03/2024 às 05:22:20  
(GMT -3:00)

Carlos Alberto Baptista (CPF 057.085.108-46; E-mail carlos@markarcontabil.com.br; IP 191.23.116.18), assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

06/03/2024 às 05:22:21  
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.